

# O QUE É UMA MULHER?<sup>1</sup>

Regina Steffen

O que é uma mulher? Ainda que esta questão pareça óbvia, sua resposta, no entanto, é bastante complexa, senão mesmo, impossível.

Do ponto de vista psíquico, mulher, homem, pai e mãe são constructos culturais, simbólicos, portanto. Isso quer dizer que a diferença sexual no ser humano vai além da dimensão biológica do corpo, não se restringindo à identidade de gênero, condicionando a questão da sexualidade a lugares simbólicos a serem ocupados e, cuja ocupação determinará posições sexuais diferentes entre eles. Assim é que “mãe” e “pai”, não são sinônimos de homem e mulher, indicando que a depender do lugar simbólico de onde o sujeito fala, muda certa dimensão de sua sexualidade.

Foi Freud, com a descoberta do inconsciente, quem definiu essa dimensão cultural do humano, dimensão que se deve ao fato de o ser humano falar, aspecto que o diferencia completamente dos demais animais.

A descoberta do inconsciente revela que a força propulsora da vida humana não é o instinto, força da natureza destinada a manter a vida, mas sim, o desejo. Na verdade, o ser humano nasce quase desprovido de instintos, chegando ao mundo sem nenhum roteiro que o habilite à sobrevivência. Todo filhote humano precisa ser socorrido por outro ser humano que atenda suas necessidades. O problema se redobra, uma vez que esse outro que vem em seu socorro, tampouco conta com um roteiro instintual para exercer essa função. É a linguagem que faz as vezes do instinto que nos falta. Ela antecede a vinda do ser humano ao mundo, que já nasce mergulhado nesse caldo linguístico/cultural.

Diante de qualquer desconforto, o bebê reage chorando. Seu grito (simples ato reflexo de descarga) é interpretado pelo Outro materno como um pedido. Ao transformar o grito em pedido, o Outro interpõe a fala como mediadora das relações humanas, estabelecendo o vínculo que une mãe e bebê, base do que, a seu tempo, se tornará um ser falante. Apropriar-se da linguagem até saber fazer uso dela - o que significa mais do que só reproduzir palavras - será um desafio que ocupará toda a primeira infância da criança e cujo saldo é o surgimento do sujeito falante. O ser falante é o que a psicanálise define como sujeito do desejo, sujeito sexuado. Daí a sexualidade ser o conceito central da psicanálise.

---

<sup>1</sup> Texto elaborado a partir das reflexões sobre esse tema, apresentadas no Café Lacaniano, em setembro de 2018, na Livraria Cultura em Campinas, S.P.

Introduzida assim de modo abrupto, é possível perguntar-se: o que a sexualidade tem a ver com isso? De que modo ela entrou aí no meio do assunto? De que modo, sujeito equivale a sexo e a desejo?

Primeiramente é preciso lembrar que “sujeito” não é a pessoa. Sujeito é o sujeito do inconsciente, uma parte separada e desconhecida da pessoa e que, no entanto, a comanda. Esse ser dividido, é o sujeito da psicanálise. Dessa divisão já dá pra presumir a origem do conceito de sexualidade a partir da ideia de secção, corte, o que deve servir de alerta contra a superposição do conceito de sexualidade ao de genitalidade. Esses conceitos não são sinônimos e não se confundem na psicanálise. A sexualidade não se reduz à genitalidade. Embora a sexualidade tenha a ver com o corpo do ser humano, ela não se define apenas pelo aspecto fenotípico, nem tampouco é comandada pela fisiologia e seus hormônios. Não somos homem ou mulher só porque nascemos com um corpo de homem ou de mulher. Se assim fosse, seríamos machos e fêmeas, porém, como o comportamento sexual humano não responde ao instinto de preservação da espécie, nada temos de fêmeas e machos. Nossa sexualidade é inteiramente comandada pelo desejo e não pelo instinto natural. O desejo é produto da cultura, do universo simbólico onde mergulhamos antes mesmo de nascer e do qual temos que nos apropriar para nos tornarmos ser de desejo. Daí homem, mulher, pai e mãe serem posições simbólicas a serem assumidas. Não nascemos homem ou mulher, a gente se torna homem ou mulher. Tornar-se sexuado, coincide com a aquisição da linguagem, constituindo uma posição específica de fala, um lugar singular de fala que caracteriza uma posição de gozo igualmente singular.

A linguagem, sendo um sistema simbólico, obedece à lógica própria desse sistema que opera a partir de marcas, cifras, letras, significantes. Tais elementos representam algo ausente que, uma vez simbolizado, se torna presente. O sistema simbólico se apoia no vazio daquilo que, no entanto, ele representa. Pensemos na primeira marquinha que um caçador-coletor, na aurora da humanidade, fez num osso de antílope para cifrar uma caça<sup>2</sup>. Essa marca retira aquela caça específica da massa indistinta de caças, recorta-a, e a representa por aquele simples traço. Está em jogo nesse gesto primitivo, a raiz da lógica que sustenta o sistema simbólico: um recorte, uma descontinuidade daquilo que seria uma massa indistinta, um início forjado, algo extraído do conjunto, um vazio daquilo que não está lá, mas que, todavia, aí se representa. Para saber que fez uma caça, o caçador não precisará mais da presença física da caça. Dela, ele tem o representante, sua cifra. A possibilidade da contagem já se perfila no horizonte.

A entrada de qualquer ser humano na linguagem refaz esse mesmo caminho. Ele também se faz representar, se identifica por um traço no Outro, uma marca do primeiro encontro da mãe com o filho. Tal marca no Outro indica o lugar que esse filho, e nenhum outro, ocupa na economia do desejo dela. Qualquer traço desse Outro (a mãe) um olhar, um esgar, um som, em fim, qualquer traço se torna um signo daquilo cujo encontro o filho representa. Para o filho, entretanto, essa marca não é um signo. Ele não sabe qual coisa sua existência vem atualizar. Desse encontro que constituiu um reencontro de alguma coisa, a criança só tem acesso ao traço, marca de

---

<sup>2</sup> Lacan, J. *Seminário 9 – A Identificação*. Inédito. Lição de 6/12/1961.

sua singularidade, aquilo que o diferencia de modo absoluto de todo mundo, de qualquer outro filho. O fato curioso é que: se o reencontro de alguma coisa está marcado, então, essa coisa tem existência e seu reencontro teria efetivamente acontecido, sendo possível se repetir. Cada vez que a mãe acolhe o filho, o alimenta, cuida dele, fala com ele, essa marca se repete, marcando o reencontro daquilo que ele representa para ela, daquilo cuja ausência ele é a presença. Aqui também está em jogo uma ausência, um vazio, e um elemento simbólico (o traço) que torna presente o ausente. O traço unário, singular, indica o Outro como o lugar da Coisa elidida<sup>3</sup>, sendo nesse ponto exato que o novo sujeito poderá se instalar ao final do longo processo de sua constituição subjetiva.

O primeiro tempo da implantação da linguagem na vida - e no corpo - da criança se dá através de um objeto que vai e vem, que ora está, ora não está, trata-se do seio. Esse repetido movimento de alternância marca no próprio corpo a função simbólica que opera pela dinâmica da presença e da ausência, do cheio e do vazio, do prazer e do desprazer.

O seio, já então simbólico, não é de início identificado pelo bebê como parte do corpo da mãe. De fato, o seio pertence ao bebê e não à mãe, uma vez que produz leite para o bebê, estando inclusive em sintonia com o ritmo de suas mamadas. Como objeto alimentador, o seio é mesmo do bebê, porém não está em seu corpo. Desde sempre, ele se constitui como um objeto perdido, um objeto que é preciso ser demandado ao Outro. A vivência primitiva da ausência do objeto, de um vazio, de um encontro que nunca é total, posto que em dado momento o objeto some e a criança fica sem ele, dá origem a um divertido jogo, através do qual a criança começa por se identificar com o objeto desse vai-e-vem. O seio, tomado como objeto que se perde, objeto de uma certa alternância, funciona, já aqui em tempos muito primitivos, muito além da dimensão de fonte de alimento. Por mais satisfeita que sua fome fique, sempre resta para o bebê a insatisfação de uma perda, uma ausência, um vazio impossível de ser preenchido completamente. É nesse ponto que aparece o primeiro esboço da fala. A brincadeira do sumiu/apareceu que diverte tanto as crianças nessa idade, evidencia o prazer que a criança experimenta ao se identificar com esse objeto que, embora ausente em seu corpo, passa, por meio da identificação, a ser dela e do Outro, podendo ser invocado pela criança, mesmo não estando em seu corpo, pela mágica da fala que torna presente o ausente. Isso nos mostra a importância de a mãe permitir que a ausência ocorra, que a criança possa vivenciá-la. Nunca é demais repetir que a ausência em questão é simbólica, não se tratando evidentemente de que a mãe deva deixar a criança mal alimentada, com fome. A mãe proverá o filho dessa vivência de ausência/presença, desde que o encontro com o filho/objeto tenha sido um encontro fracassado, não tendo preenchido totalmente o corpo da mãe ao ponto de ela não precisar mais seguir buscando, seguir desejando. É a persistência do desejo materno que garante o movimento de alternância entre presença e ausência do seio, tornando-o simbólico. É isso que vai dar origem àquela brincadeira, início da fala em sua função de laço com o Outro. A relação que a criança mantém com o seio é a de uma demanda ao Outro, que parece lhe responder também com uma demanda. A criança demanda

---

<sup>3</sup> Lacan, J. *A Identificação*, lição de 4/4/1962. Versão inédita.

comida e o seio demanda ser comido, uma vez que comparece cheio de leite. A dificuldade que a criança vivencia nessa primeira fase, não é com o desejo do Outro materno e sim, com a presença de outra criança, um irmão mais novo, que servirá de imagem de identificação para ela, uma identificação marcada pela rivalidade, pois a criança que me espelha parece muito mais bem situada que eu em relação ao seio alimentador. É a paixão invejosa que comandará a identificação neste período. Embora haja circularidade entre as demandas (comer/ser comido), a complementaridade total entre a mãe e o filho não é possível. Entre seres falantes persiste sempre um espaço vazio, um buraco que nada preenche. Do lado da mãe há o reencontro de um objeto perdido desde sempre, encontro que se prova fracassado, então. Do lado do filho, desse reencontro só restou um traço: o traço do nada.

O próximo movimento do investimento libidinal, vai se dar em torno do treino dos esfíncteres. Nesta fase, são os excrementos que ocuparão o lugar do objeto do desejo do Outro. Agora é a mãe quem demanda ao filho, pedindo-lhe as fezes, a urina, tudo num tempo determinado, num lugar específico, segundo certas regras, todas demandas de caráter puramente cultural. Tal treino nada tem de natural, nenhuma função orgânica depende dele para se realizar. Esse treino não existe em nenhum animal, a não ser naqueles domesticados, ou seja, aqueles que transitaram para o mundo humano, deixando de ser selvagens. A característica desse período é a mãe ser percebida como Outro que demanda algo ao filho. As fezes, objeto mais proeminente dessa demanda, ocupam um lugar que está além da pura e simples eliminação de excremento. Elas constituem o primeiro presente, símbolo do dom de amor. É a criança quem, agora, controla esse dom: a mãe pede e a criança dá se quiser.

Até aqui, o desejo do Outro não constitui nenhum problema para a criança que acredita saber o que esse Outro deseja. Criança e objeto parecem se unificar nesse saber. O desejo não passa de uma demanda circular. O objeto em questão (as fezes), diferentemente do seio, está no corpo da criança. Atender à demanda do Outro representa abrir mão de parte do próprio corpo em prol do Outro, porém a dimensão de dom de amor que essa oferta assume, permite à criança considerar-se, apesar da perda, parte do corpo do Outro, confirmando-se, ela própria, objeto do desejo do Outro.

Uma nova etapa do desenvolvimento infantil e da aquisição da linguagem como possibilidade de fazer uso dela, começa a se delinear em consequência da descoberta das sensações prazerosas que os órgãos sexuais produzem, em parte provocadas pela higiene que a mãe realiza na criança e também pela importância que os órgãos excretores parecem assumir para a mãe na fase de treino dos esfíncteres. Outro fator importante para a implantação dessa fase decisiva é a descoberta do prazer sexual que a criança experimenta com a masturbação. Neste ponto, a libido se encaminha para o pênis. O menino logo identifica esse órgão como fonte do maior prazer que é possível sentir. A menina, por sua vez, encontra seu clitóris nessa mesma posição. Comparado com o tamanho do pênis do menino, ela logo pensa que está em desvantagem. Acredita, então, que seu pequeno clitóris vai crescer. Ambos adotam a tese da presença universal do pênis, hipótese sustentada pelo prazer sexual masturbatório. À mãe também é atribuída a posse de um pênis, fonte de imenso prazer.

Do prazer descoberto na masturbação, no entanto, a mãe não participa, não sendo ela quem o promove. Mesmo que a criança tente incluí-la, a mãe não responde de volta. Desfaz-se a circularidade do desejo e da demanda que presidiu o vínculo mãe/criança até aqui. Até agora havia uma troca de demandas na qual um pedia e o outro tinha o objeto para responder ao pedido. Que objeto a criança é agora para a mãe? Que desejo habita a mãe? Desse momento em diante a criança se descobre sem recursos diante do desejo da mãe. O afeto que surge é a angústia. Estes eventos preparam a entrada em cena do pai. A criança começa a supor que ele tem uma função em toda essa história. O pai é portador de um pênis ainda maior, infere a criança, ao considerar a estatura do pai. É a ele que a mãe recorre nesse intercâmbio do qual a criança não participa. O próprio tema do nascimento das crianças surge nesse contexto e a criança pressente nisso a participação do pai. Ela começa a perceber que seus pais a fizeram e que ela é fruto de um desejo que circula entre ambos e cujo objeto a mãe não demanda à criança. Ela não é o objeto do desejo da mãe.

Descobrir que a mãe deseja e que se deseja é porque lhe falta algo, significa ter que admitir que a mãe não é onipotente como a criança sempre acreditou. Além do mais, é ao pai que a mãe recorre na busca de seu objeto, a criança está de fora desse circuito. O que a mãe quer? Já não há mais como a criança saber. No ponto exato em que o desejo e o gozo encontram os órgãos genitais, a criança, em desespero diante do enigma do desejo materno, se dá conta da existência do pai e de sua função.

O que é um pai? Pai é aquele que nesse momento se incumbem do desejo da mãe, aquele para quem o desejo dela se volta. A relação pai/mãe que a criança percebe representa para ela uma interdição de desejar a mãe, de desejar integrar o corpo desse Outro primitivo e de ser por ele inteirado. O gozo (o usufruto) do Outro está interdito a partir do momento que o pai assume sua função na posição de terceiro a mediar a relação fechada no dueto mãe/filho-fálus. Ele sabe e porta o que a mãe deseja. Interditar a mãe à criança e a criança à mãe, significa dizer: esta é sua mãe e minha mulher. Sua mãe não pode ser sua mulher. Ao mesmo tempo, o ato paterno convoca a mãe a voltar a ser mulher, desistindo também ela de um objeto (o filho/fálus) cuja posse é impossível. O pai cria um segundo significante para designar a mãe: mulher. Esse ato é o que em psicanálise se chama castração. A mãe está castrada de seu filho, e ele, dela. A castração incide sempre na relação dual e circular da mãe e sua criança. Esse é o vínculo que até agora vinha sendo mantido no troca-troca de demandas, que intermediado pelo pai, passará a ter um buraco, um interdito, um espaço vazio impossível de ser preenchido, uma falta que, a partir de então, será o motor do desejo. O sujeito é essa própria falta, esse vazio, esse desejo: sujeito é o desejo do Outro, com toda a ambiguidade que o genitivo comporta: desejar o Outro e, ao mesmo tempo, ser desejado pelo Outro. Ao interditar o gozo do Outro (ênfase na ambiguidade do genitivo), o pai, simultaneamente, autoriza o desejo. Ele diz: todas, menos uma.

Ao afirmar: “esta é sua mãe e minha mulher”, o pai produz um ato que, simultaneamente, afeta os três envolvidos na cena, castrando-os. Do lado do filho, ele divide o Outro primitivo em duas funções diferentes em relação ao desejo (mãe e

mulher), uma das quais a criança terá de abandonar (a mãe). Ao mesmo tempo, ao castrar a mãe de sua criança, ela a divide em duas dimensões simbólicas: uma mulher que como qualquer outra está submetida às leis do desejo e outra - a mãe - para sempre fora do jogo. Através do mesmo ato, o pai também se reconhece sujeito à Lei do desejo. Ele elegeu uma mulher que seu desejo sexual tornou mãe de seu filho. Ela é sua mulher, não sua mãe. Isso evidencia que o pai também está sujeito à Lei da castração. Também ele aceitou esse limite, tendo substituído sua mãe por uma mulher. A castração não impede o desejo, antes o autoriza. O acasalamento no mundo humano está totalmente submetido à lei do desejo e não ao instinto de reprodução da espécie. O desejo, nasce para o sujeito, normativizado por essa Lei cultural. Ou seja, há uma ordenação do desejar humano que não é comandado pelo instinto, e sim por leis culturais de acasalamento, em consequência do que a mãe não desperta mais o desejo, cujo significante é recalcado, inaugurando o inconsciente subjetivo, a Outra cena, lugar do insabido. Só outra mulher, que não a mãe, poderá despertar o desejo. Essa Lei vale pra todos, inclusive para o pai.

Desejar, entre humanos não é uma determinação natural; nada de cio entre nós; nada de temporada de acasalamento; nada de acasalamento com qualquer membro da espécie. Entre nós, o encontro sexual é comandado pela Lei cultural da interdição do incesto e da exogamia. Só nessas condições o homem tem uma ereção e a mulher consente com o ato, ou seja, é o desejo que comanda a sexualidade humana. Desejo moldado na interdição da mãe e apoiado na falta que essa interdição instala. Sem castração a sexualidade está totalmente comprometida, uma vez que castração, sexualidade e subjetividade são termos extraídos do mesmo fulcro. O pênis se faliciza, respondendo agora ao desejo e não mais à simples produção de esperma. É como se o homem não tivesse mais um pênis e, sim, um fálus (o pênis simbólico).

Homem é então uma criação cultural, um significante que identifica aquele que porta o falo, identificando um lado de sexuação possível ao ser humano. Todos que se sexuarem desse lado, estarão inteiramente circunscritos pelo significante fálico, portarão o fálus na qualidade de representantes da Lei cultural. Os homens constituem um conjunto. O que os circunscribe é um Pai, que teria o poder de desejar a mãe e realizar com ela o ato de uma conjunção plena, sem nenhuma interdição, sem falta nenhuma. Como esse Outro absoluto não é nenhum dos homens, ele ex-siste, existindo apenas nessa condição de alteridade radical, absoluta, como exceção que confirma a regra de castração para todos.

A mulher também está submetida à Lei da castração, que não incide só sobre os homens. Ocorre que para ela a questão é bem mais complexa que para o homem. Primeiro porque, estando a mãe interdita como objeto de desejo, o grupo das mulheres não se fecha num conjunto. A Lei determina: “todas, menos uma”, e assim a conta não fecha, o que leva Lacan a afirmar que a mulher é não-toda. Ou seja, ela se submete à lei fálica, lei do desejo, mas não-toda. A mãe, é bom lembrar, não é um ser mítico como aquele Pai que faz exceção à regra da interdição do gozo, ex-sistindo apenas como operador lógico. Ela é a mulher do pai, mulher que deseja e que busca no homem o fálus que ele porta, engravidando e parindo a criança. Não estando circunscrita por um conjunto fechado, *A Mulher* não existe como conjunto. Só existem

as mulheres, uma a uma, cada qual com seu desejo sempre inominável, um desejo não todo delimitado, não possível de ser definido completamente. Dada essa condição específica do desejo da mulher, ela participa de um gozo duplo que em parte transita pelo misterioso gozo do Outro. Daí a complexidade da questão que abre estas reflexões: o que é uma mulher? Questão de certa forma impossível de responder. Não há saber possível, absoluto, sobre o que é uma mulher ou sobre o que quer uma mulher. Interrogação na qual Freud se deteve, e sobre a qual Lacan avançou, levando a questão da sexualidade até o coração da lógica que opera no universo simbólico, na linguagem.

Mulher é mãe interditada, é o fálus desejannte porquanto objeto perdido, inalcançável, buscado no corpo do homem pelo engodo do pênis ereto. Desejo que ela despertou pelo engodo de sua sedução. Homem e mulher são simulacros, mas isso não deve ser tomado como simples fingimento ou mentira proposital. Fazer-se passar por outra coisa é a essência do significante. Homem e mulher são significantes e como tal, não poderiam ser mais que simulacros. Ambos se definem em sua subjetividade por uma referência específica ao mesmo significante: o fálus, dividindo-se entre os que o têm e os que o são. Aqui já se pode vislumbrar a que ponto a estrutura simbólica, a linguagem, nos invade, marcando nosso corpo e ordenando nosso gozo.

Uma mulher é mulher sendo o fálus. É no exercício de sua sexualidade que a mulher é. Ela é mulher ao desejar o fálus que o homem porta e, por esse desejo, consentir com o ato sexual, tendo prazer apesar da devastação que o homem representa para ela. O homem a penetra e isso constata que nela há um buraco, dentro do qual não há nada. O ato sexual verifica a castração feminina. Ser mulher é gozar num ato que tem os mesmos ingredientes de uma violência, de um estupro, a diferença residindo no consentimento que seu desejo dá ao ato. A mulher transforma devastação em gozo. Para que essa transformação ocorra, ela precisa atribuir valor fálico ao homem. Sem isso, não pode desejá-lo e sem o desejo dela, o ato sexual é violência.

É porque não tem o fálus que a mulher o é. Ser o fálus é possuir a chave do desejo, é ser seu objeto. O termo objeto aqui, não tem a conotação de coisa com a qual se pode fazer o que quiser. O objeto na psicanálise é causa do desejo e, como tal, ele é a pura falta. O objeto é aquilo que reveste a falta da Coisa, revestindo o buraco vazio do ser. Essa espécie de desprovemento não é destino exclusivo da mulher e não a torna menos ou inferior ao homem. O homem também se organiza ao redor dessa mesma falta. O fato de portar o fálus não o faz menos castrado do que ela. Ele porta o fálus como representante da castração que a ambos despossui da onipotência. O fálus é o nome do nada, uma espécie de zero que opera justamente porque nomeia o nada e, ao nomeá-lo transforma-o em falta, desencadeando o movimento incessante da busca: a isso chamamos desejo. O fálus é o início absoluto da linguagem, assim como o zero, nomeando o nada, dá origem à sucessão dos números ao se tornar o 1 que se repete permitindo a soma. Ter ou ser o fálus indicam apenas posições diferentes na lógica da sexualidade.

O desejo do homem o incita a buscar na mulher o fálus que ela é para ele. É o desejo do homem pela mulher que a torna fálus. Mas isso na dependência de ela atribuir

valor fálico àquele homem, sem o que ela não o reconhece como portador de um fálus desejável. Para cada um, o objeto que o outro representa está relacionado ao fálus de um modo diferente, não havendo jamais a possibilidade de uma conjunção plena, uma unificação. A castração incide sexuando-os em pontos diferentes, produzindo objetos de desejo que não são complementares. Não somos metade da mesma laranja. Homens e mulheres estão engajados numa tentativa fictícia de reversão da própria castração. É isso o desejo humano: nascido da interdição, vive de tentar revertê-la.

Colocar a questão da castração em termos dessa novelinha familiar: pai, mãe, filho, pênis, fornece apenas um modo intuitivo de pensar a questão que tem, de fato, sua raiz plantada na lógica da linguagem. O tempo do Édipo e da castração é o momento da constituição subjetiva, o que representa a assunção sexual do corpo próprio, cujo saldo é a entrada definitiva da criança na linguagem. Visto por este ângulo, a função paterna é a uma função nomeante, é função de dar nome. Ele tanto nomeia o misterioso desejo da mãe, quanto dando seu nome ao filho, o introduz numa linhagem. Pai, do ponto de vista psíquico, não é aquele que compareceu com o esperma. Pai é um nome. Pai é um lugar simbólico onde um nome dá sentido ao sujeito. Nomeando o filho, o pai se torna pai, quer dizer reconhece-se pai, pois embora a mãe seja certíssima, o pai é uma questão de fé, de palavra da mãe. É a mãe quem reconhece o pai de seu filho. Isso significa atribuir-lhe valor fálico. Esse reconhecimento é cultural e não, necessariamente biológico. Ao nomear o filho, ao dar-lhe seu nome, o pai aceita ser o pai daquela criança e, com isso, a introduz numa família, a sua. Essa via também o leva a reafirmar sua pertença à família da qual surgiu como filho por esse mesmo caminho no qual, agora, conduz seu filho. Tornar-se pai é uma confirmação do processo de castração que aquele homem passou quando menino, tendo recebido de seu pai a insígnia fálica para ser transmitida quando fosse sua vez de ser pai. Ele faz isso com os filhos e as filhas. A ambos oferece o fálus como o nome do desejo da mãe, como seu significado. À aquela pergunta sem resposta com a qual a criança se depara quando o Outro não responde mais, quando a criança não sabe mais que objeto é para o desejo da mãe, o pai oferece uma resposta: o nome do objeto do desejo de sua mãe é fálus. Objeto que é puro nome, surgido do recalque, daquilo que a criança consentiu em perder para sempre. Fruto da castração. Aceitar a castração é aceitar que é impossível ser o objeto do desejo do Outro. Desse objeto só se tem o nome: fálus, o nome do nada, de um vazio de ser. É com isso que o sujeito se identifica: homens têm, mulheres são, mas é só um nome. Não há ser que lhe corresponda.

O significado fálico do desejo materno se produz na forma da metáfora, ou seja, um significante em lugar do outro, produzindo, através dessa substituição, um efeito de sentido. Tornar subentendido que o objeto do desejo da mãe é o fálus, significa recalcar o significante desse desejo, dele só restando sua potência de significância, um nome, um significante transformado em significado pela ação da metáfora. Toda significação do desejo estará doravante marcada por esse significante recalçado. Todo e qualquer desejo expressa sua marca fálica e erótica de origem.

A metáfora paterna realiza um duplo movimento: ela interdita o gozo da mãe ao mesmo tempo que autoriza o desejo: “todas, menos uma”, ou seja, troque a mãe por



uma outra mulher. Uma mulher pela outra, outro modo de expressar a metáfora paterna. Para o homem então, sua mulher é seu sintoma, afirma Lacan, quer dizer, sua mulher é aquela vem substituir a mãe interditada. A substituição metafórica é o mecanismo pelo qual o sintoma se constitui. Um sintoma estrutural, mas que a depender justamente do valor fálico do pai, poderá constituir-se em paradigma do sintoma patológico. O valor fálico do pai depende daquele que a mulher lhe atribuir, como também daquele recebido de seu próprio pai. Tudo estando na dependência das histórias edípicas que se transmitem nas linhagens da mãe e do pai, como também do valor fálico atribuído ao homem, pelo conjunto da sociedade, nas diferentes épocas da história da humanidade.

O fálus vem ordenar o desejo humano. O homem só desejará aquela que estiver em condições de metaforizar sua mãe. A mulher, só desejará aquele ao qual atribuir valor fálico. Tal ordenação do desejo, a partir do fálus, ordena os campos masculino e feminino da sexuação, que se distribuirão entre ter ou ser o fálus significante.

Ser homem ou mulher é uma questão inteiramente cultural, porém não simplesmente determinada por usos e costumes. Não se nasce mulher, aprende-se a ser mulher, conforme frase já batida de Simone de Beauvoir, assim como também não se nasce homem, aprende-se igualmente a sê-lo, é preciso acrescentar à constatação de Beauvoir. Mas, esse aprendizado não se deve a que uns usem cor de rosa e outros, azul, ou por serem constrangidos a brincar com boneca ou carrinho. A força cultural no humano é muito mais poderosa que qualquer costume sujeito a variações em diferentes épocas da história. Estamos, sim, submetidos e alienados à linguagem, ao fato de falarmos, com todo o ganho que isso traz e sempre ao custo de uma perda irreparável: somos castrados, nosso corpo não é completo, o sexo é a marca indelével dessa verdade.

Qualquer um pode se situar de um ou de outro lado da sexuação. A sexualidade não decorre direta e simplesmente do tipo de genital que o corpo apresenta. Assumir-se em uma ou outra posição sexual, depende de como a mãe, o pai e o próprio filho estão posicionados em cada caso específico, dependendo da distribuição da potência fálica operante em cada núcleo familiar. Filhos podem perfeitamente serem criados sem pai presente, sem mãe, ou por casais homoparentais, uma vez que as questões em jogo são da ordem da lógica da linguagem, porém nenhum desses arranjos deixa de ter consequências, nada nesse campo é anódino. O corpo de cada um dos participantes da cena edípica está implicado, pois todo esse jogo significante não acontece nas nuvens, não cai do céu, ele é vivido na carne, especialmente na carne da criança que está se constituindo subjetivamente e cujo corpo estará a partir de então marcado por um modo de gozo que o definirá em sua singularidade pelo resto de sua vida.

Mas, a castração não é ato que atinge apenas o corpo da criança. A passagem da posição da mãe para a de mulher do pai, afeta seu corpo, recolocando o desejo da mulher de novo em cena, ao renovar sua castração. Lembremos, o desejo é comandado pela falta, pela perda. Desejo é desejo daquilo que não temos. É muito frequente a mulher não encontrar mais o caminho do desejo pelo homem depois de

ter um filho. A vivência da castração, separando a mãe de seu filho, reposiciona a mulher na trilha do desejo.

Ao homem, tornar-se pai e desempenhar sua função, igualmente convoca a uma revisão de sua castração; trata-se agora de ele se afirmar portador do fálus que seu pai lhe transmitiu. Portador de que valor ele se descobrirá? Até antes dessa passagem, até passar de homem a pai, ele não sabe o que traz no bolso. Até aqui, as mulheres que se sucederam em sua vida constituíram tentativas renovadas de negar sua castração, uma crença juvenil de que ele poderia ter todas. A passagem pela paternidade irá certificar que o pai é o filho de um pai, numa linhagem que retroage ao infinito, e onde só há filhos... todos submetidos à mesma sina, todos signatários do mesmo acordo cultural, todos castrados.

A metáfora paterna bem estabelecida e a castração marcada por um recalque que implanta o vazio, o corte no próprio corpo da criança, se traduz na capacidade que a criança terá dali por diante, de fazer uso da linguagem em nome próprio, e não apenas falar uma língua. Note-se que é sobre a língua *materna* que o pai opera a metáfora fundante do sujeito. No ponto exato em que um significante substitui o outro, ocorre uma torção de modo que aquele que desaparece se faz presente – por se fazer representar - naquele que o substitui. Daí em diante o ser falante vai operar nessa superfície linguageira torcida na qual o que está por trás também se diz, sem o saber, naquilo que toma a frente. O modo visível desse fenômeno é a criança passar a entender piadas, por exemplo, coisa que antes lhe era impossível. Ela agora entenda ironia, subentendido e mesmo, metáforas. Tente dizer a uma criança, antes do fim da primeira infância, que alguém é um leão. Ela provavelmente terá muito medo dessa pessoa. Depois de atravessar essa fase, ela saberá exatamente a que você se refere ao usar essa metáfora. Em termos psicanalíticos, agora a criança tem um inconsciente; nela já se implantou uma outra cena. A partir de então, seu mundo tem outra textura, ele tem sentido. O fálus significante, produto da metáfora paterna, é o elemento que intermediará dali por diante todas as relações humanas, garantindo o laço social.

Homem e mulher são, ambos, invenções culturais, produtos da linguagem. Todavia, há uma diferença biológica, natural, entre os corpos da mulher e do homem, diferença que repercute no resultado, no modo como a castração simbólica se inscreve em um e outro dos sexos. Trata-se de uma diferença em relação à reprodução, diferença que revela a não equivalência do papel da mulher e do homem. Embora ambos forneçam o material genético na mesma proporção, a gestação do novo ser, é totalmente obra do corpo da mulher. Essa brutal desproporção, biologicamente determinada, com a consequente diferença que isso acarreta na dimensão cultural da diferença sexual, evidencia que os significantes “homem” e “mulher”, embora sejam invenções culturais, não constituem simplesmente uma casca externa que a cultura sobrepõe arbitrariamente aos sexos, constringendo-os a uma diferença denunciada como falsa.

A participação da mulher na vinda de um novo ser ao mundo é fato visível, incontestável. Já, a participação do homem é muito difícil de ser identificada. Ainda

que biologicamente comprovada, o reconhecimento do pai depende exclusivamente da palavra da mãe. Se ela não disser, ou ao menos, não sugerir quem pode ser o pai, nem um teste de DNA poderá revelar a paternidade. A mãe, ao contrário, é sempre certa. Ela gesta o corpo e, em seguida, segue produzindo leite, participando da vida do filho num nível que enlaça de modo muito particular e profundo, o corpo natural, biológico, à dimensão cultural do desejo. Seu rebento não é uma cria. Ele é esperado e recebido por ela dentro da economia de seu desejo. Ele é sempre adotado como filho, ocupando originariamente o lugar do objeto do desejo reencontrado. A castração recairá sobre esse vínculo exclusivamente, pois se trata de um vínculo que pretende recuperar, reintroduzir o objeto perdido na constituição subjetiva da mulher. Do lado da mãe, a castração trata de recuperar a mulher.

Ainda que não seja uma fêmea, a mulher, pela condição que seu corpo apresenta frente à procriação, tem os dois pés fincados em solo natural, razão pela qual ela é não-toda, não inteiramente constituída pela lei fálica da castração. A consequência disso é ter um desejo não totalmente delimitado, dele restando uma incógnita sem resposta.

O homem não tem nada em seu corpo comparável com isso. A pequena caudinha que pende de seu corpo não está provida de um manual instintivo de fabricação de corpos humanos. No entanto, é esse órgão que o situa como portador do fálus, pois essa zona erógena, essa fonte de gozo, comporta a característica adequada para encarnar o fálus: o pênis pode ser perdido. É o medo infantil de que o pai corte seu pênis, que faz o menino recuar, desistir de seu desejo de conquistar a mãe para as bandas do desejo e do prazer descobertos na masturbação. A menina também apostou no crescimento de seu pênis incentivada pelo mesmo prazer masturbatório. Ambos tentam seduzir a mãe para que ela os tome como objeto desse desejo, seguindo assim no troca-troca de demandas que mantiveram com ela até então. A constatação de que esse órgão falta ao corpo da mulher, endossa o temor de perda no menino e fere profundamente a menina que vai culpar a mãe por tê-la feito sem isso. Ela se volta para o pai, imbuída do propósito de recuperar esse objeto através do falo e do filho que, sendo gestado por ela, lhe garantirá a posse desse objeto. Embora o garoto acredite que mantendo seu pênis, garante a posse do falo, existe outra experiência que funciona como ameaça perene da perda do pênis: a detumescência peniana depois do prazer sexual. A perda da ereção permanece como um lembrete de que a potência máxima, a possibilidade de um gozo contínuo e sem fim, não está a seu alcance. Ele não é a exceção que confirma a regra do conjunto dos homens: ele não é o Pai de todos, aquele que possui todas as mulheres. Ele pode tornar-se pai, e através disso, representará a Lei do Pai junto a seu filho, mas não estará menos sujeito a ela. A castração também o alcança e, ao assumir o lugar de pai ele dá testemunho de que seu desejo também foi normativizado pela Lei cultural de interdição do incesto. Ele constata e comprova que não é a mãe que ele deseja. Aquela que despertou seu desejo e com quem ele teve o filho, é uma mulher. Ele aceitou trocar sua mãe por uma mulher. O pai é uma metáfora viva, evidenciando que aceitou a limitação do gozo, interdição a ser transmitida agora em nome do Pai. No mundo do ser falante, filhos são produzidos por um desejo culturalmente estruturado sem nenhum vínculo com o instinto de preservação da espécie, motor do acasalamento na natureza.

Ainda assim, o corpo conta muito em toda essa questão, porém é como corpo marcado pela linguagem que ele opera. Não existe o tal instinto materno, um amor inquestionável, comandado pela mais profunda natureza da mulher. Toda mãe é sempre adotiva. Ela adota sua cria, tornando-o seu filho, em nome de seu interesse de recuperação do objeto fálico perdido em sua castração e disso, ela e o filho terão de ser castrados.

As questões em cena no complexo de castração, além de inaugurarem a subjetividade da criança, refundam as subjetividades do homem e da mulher. Participar como protagonistas do complexo de Édipo e da castração que é seu saldo, permite ao homem provar-se pai e à mãe, reinventar-se mulher. A cada novo filho, essas mesmas questões se colocarão, sempre com resultados inéditos.

Escolher uma parceria para o encaminhamento do desejo e com ela instaurar a dimensão da parentalidade, inaugura o período da maturidade. Transformar o vínculo efêmero do exercício da sexualidade, no vínculo inquebrantável da parentalidade, é uma prova de refundação subjetiva que exige a retomada de todos os pontos que fundamentam a constituição subjetiva desde seu ato inaugural: o Édipo e a castração.

Do lado do homem, escolher a mulher que será a mãe de seus filhos, significa que a metáfora paterna será agora verificada. Até aqui, ou seja, no longo período da adolescência, o rapaz é uma espécie de Don Juan, cumprindo à risca a interdição do incesto: “todas, menos uma”. A ênfase no “todas” se ata à busca do gozo que, todavia, foi interdito. Do “todas, menos uma” o rapaz só retém o “todas”. Quando, de todas as mulheres, aquele homem afirma que só uma delas será mãe de um filho seu, ele se autoriza a ocupar o lugar de representante do pai, e com isso, autoriza-se finalmente o desejo; agora a interdição ao gozo se completa pela autorização do desejo. Só agora seu desejo estará plenamente assumido em seu nome. Só agora, o adolescente conclui o processo de castração, com a perda concomitante que isso implica: escolher uma mulher e perder todas as outras. Essa mulher única, é aquela que realizará a metáfora paterna, substituindo a mãe única, por uma única mulher. Mesmo quando essa passagem é reproduzida com outras mulheres, em novos arranjos familiares, a cada vez, será sempre uma única mulher que se torna mãe.

A mulher igualmente encara, por meio de seu ato de escolha do parceiro (pai de seu filho), a mesma prova de refundação subjetiva: também ela abandona o longo período em que a sexualidade exercitou-se sem atingir seu alvo: o filho-fálus, agora buscado em caráter definitivo no corpo do homem, o que exigirá a renovação do ato de castração. Ao se torna mãe, a jovem se abre à possibilidade de se reafirmar mulher.

A passagem da adolescência para a maturidade, requer a marca subjetiva, pois apoia-se inteiramente em escolhas do sujeito. Escolhas, é certo, sobredeterminadas pelas marcas originadas na primeira edição de seu drama edípico, drama do qual o sujeito também participou, ainda que como resultado do arranjo do cenário. Agora, no entanto, essa participação o implica muito mais responsabilmente, pois o convoca a fazer uma escolha: o homem escolherá uma mulher que o reconhecerá portador da lei

de castração, e a mulher, escolherá aquele que poderá refundar sua feminilidade. O sujeito repete, assim, o drama edípico, consagrando-o em nome próprio, ou seja por sua própria escolha, revelando com isso as marcas de sua singularidade. Essa etapa de passagem definitiva para a maturidade, independe de o casal ter filhos. Importa, sim que essa possibilidade exista. Quer procriem ou não, ambos estão à altura desse desafio e aceitam a prova que isso implica.

É na intersecção de duas histórias prévias que a criança se situa como homem ou mulher, num processo de sexuação que responde à distribuição de valor fálico. A importância central que o valor fálico tem para o encaminhamento do ato de castração, não se deve à prepotência masculina, não sendo a expressão do machismo do burguês branco ocidental. Tampouco representa uma desvalorização da mulher que, por isso, estaria relegada a uma posição subalterna ao homem. Ao contrário, o machismo, ao expressar horror e ódio à mulher, torna evidente um processo civilizatório mal encaminhado e frágil. Ele é a expressão da fragilidade do homem para assumir seu lugar de pai e como tal desencadear a castração da mãe onipotente e da criança que, presa a essa situação, pode nunca advir como sujeito de seu destino. Pelo lado da mulher, essa situação é profundamente alienante. Sem a refundação subjetiva que a castração representa, a mãe está presa na posição fálica. Longe de representar o empoderamento feminino, essa situação impede que a mulher entre em cena novamente, impedindo o desejo de circular. Quanto mais desvalorizado o fálus estiver, menos o homem vai portá-lo com eficiência, menos será pai e menos a mulher será mulher. A falta da castração é a falta do pai, não exatamente porque ele não está na família, mas porque não foi inscrito por uma palavra da mãe e se a mãe não o inscreveu, foi por não lhe reconhecer valor fálico. Assim nascem os “machões”, assim se perpetua a agressividade, assim é o mundo que só comporta um ou outro, mundo de diferenças irreconciliáveis, ódios mortais, intolerância. Nesse mundo no qual o processo simbólico da subjetivação não se conclui, parando a meio do caminho, não há lugar para dois – o outro é um não-eu que me anula, me aniquila, e que precisa ser aniquilado.

Na contemporaneidade, o próprio conjunto social desvaloriza o fálus. O valor fálico do homem é confundido com machismo e o valor fálico da mulher é condenado pelo mal entendimento de sua condição de objeto do desejo. Esses conceitos, extraídos do campo da psicanálise, são aplicados de modo equivocado ao campo da análise social, misturando a luta legítima por igualdade de direitos civis, à igualdade de sexos que acaba por eliminar a importância da diferença sexual como inserção, no próprio corpo, da lógica do sistema simbólico, incorporação incontornável para a constituição do laço social civilizatório. Esse equívoco vai ainda mais longe e segue desvalorizando o fálus que o homem porta, quando o convoca para mero coadjuvante da mãe na lida com o filho. É evidente que o homem deve ajudar a mulher nos afazeres domésticos e maternos, uma vez que as demandas da vida mudaram na sociedade atual. Não só homens e mulheres trabalham fora de casa o dia todo, como já não é mais possível contar com amas de leite ou mesmo com familiares para esse socorro. Porém, não é absolutamente isso que o faz pai. Não é por simular, em seus gestos, a mãe da criança, que o pai se torna pai. Ser pai é tarefa bem mais complexa e não passa necessariamente pelas atividades domésticas de puericultura. A ele cabe introduzir a

criança no universo simbólico, através do significante fálico que ele porta porque tem pênis, fálus que a mulher é, justamente porque não o tem. O corpo da mulher, dentre os dois sexos, é aquele que melhor espelha uma falta que tem que ser sabida no corpo. O português lusitano ainda guarda mais à flor da pele essa conexão do saber ao sabor. É bem disso que se trata: o corpo tem que saber a falta, ainda que nele não falte nada. Ele tem que saber uma falta que é de ordem simbólica, cuja lógica exige uma ausência no ponto de partida. A mulher, longe de ser um objeto de posse do homem, é objeto para o homem, para o desejo, objeto puro nada, falta encarnada. Ela encarna a pura diferença, ela é o Outro sexo, inclusive para si mesma. A mulher é o que falta, mediante o que a gente deseja.

O saldo da implantação da falta simbólica no corpo, resulta na determinação da forma de gozo daquele sujeito, podendo estar em consonância com o seu sexo biológico, ou não, observando-se que o “ou” aqui empregado não é o “ou” da indiferença. Ele não exprime um “tanto faz!”, pelo contrário, “ou” aqui é exclusivo, ou seja, a diferença conta na questão da sexualidade, ela é o fator decisivo, sendo justamente a diferença absoluta, radical, que constitui a sexualidade como perda, como secção e, por isso mesmo, como desejo. O gozo sexual, seja de que tipo for, é a expressão de uma escolha que necessariamente situa esse gozo, de um ou de outro lado do espectro sexual: aqueles que tem o fálus, ou aqueles que o são.

Professar e defender a sexualidade como indiferente, significa negar-lhe seu caráter disruptivo, escandaloso e traumático. Afirmar o sexo dos anjos serve ao ser humano como tentativa de evitar contar-se a si mesmo como mais um dentre os anjos caídos que todos somos.

Setembro/2018.